

Recomendações para Financiadores Internacionais

- Condicionar repasses à efetiva participação social, com indicadores qualitativos de empoderamento e representatividade dos PICL.
- Priorizar transferências por fundos independentes com editais públicos que ampliem o acesso direto de organizações indígenas e comunitárias.
- Descentralizar a tomada de decisão sobre o uso dos recursos, fortalecendo o controle social e a diversidade de atores nos processos de alocação.
- Monitorar os impactos com indicadores socioambientais robustos, não apenas metas quantitativas assistencialistas.

Conclusão

O caso do Acre revela os limites de uma governança procedimental baseada em metas tecnocráticas e controle formal. Promover justiça na repartição de benefícios exige fortalecer a deliberação pública, valorizar o conhecimento tradicional e

ampliar o protagonismo dos povos indígenas e comunidades locais. O futuro do REDD+ jurisdicional depende da capacidade de reformar suas bases institucionais, para que o financiamento climático realmente sirva à floresta e às pessoas que a protegem.

Apoio



WORLD
RESOURCES
INSTITUTE



Overseas Resources Foundation LTD.

Parceiros



Acesse o
Qr-Code, e
leia o relatório
completo

POLICY BRIEF

JUNHO 2025

Fortalecendo a Governança
e a Repartição de Benefícios
em Programas Jurisdicionais
de REDD+:

Lições do Acre (Brasil)



Instituto
Fronteiras

Resumo Executivo

O Programa Jurisdicional de REDD+ do Estado do Acre (PJRE/AC), pioneiro na Amazônia brasileira, foi estruturado para canalizar recursos climáticos via pagamentos por resultados. Apesar de seu desenho institucional robusto, evidências empíricas demonstram que os objetivos de equidade e conservação florestal não têm sido plenamente alcançados. Entre 2018 e 2022, a execução orçamentária coincidiu com o aumento do desmatamento e a redução da participação

social efetiva. O modelo de repartição de benefícios favoreceu atores com maior capacidade de demonstrar "redução de desmatamento", excluindo povos indígenas e comunidades locais (PICL) que tradicionalmente protegem os estoques florestais. A transição de uma governança procedimental para uma governança participativa empoderada se mostra urgente e necessária para reorientar os programas jurisdicionais de REDD+ à sua missão original: conservar a floresta com justiça social.

Diagnóstico Crítico: O Caso do Acre

- A lógica de repartição de recursos. Apenas 12% foram destinados a povos indígenas, enquanto 58% foram destinados a setores produtivos e 30% ao aparato estatal.

- Análises estatísticas revelam correlação positiva quase perfeita entre execução orçamentária e aumento do desmatamento ($r = 0,97$), além de correlação negativa entre participação social e desmatamento ($r = -0,68$).
- A baixa frequência de reuniões participativas, centralização no núcleo político do estado e a

instabilidade institucional do órgão gestor (IMC) comprometeram a eficácia do sistema de governança.

- Os resultados reportados são majoritariamente quantitativos e assistencialistas (e.g. número de cestas básicas), sem comprovação de impacto na conservação ambiental.

Recomendações para Governos Subnacionais

- Reestruturar a participação social, descentralizando instâncias deliberativas e integrando conselhos territoriais já existentes.
- Adotar a governança participativa empoderada, com gestão compartilhada, planejamento conjunto e avaliação participativa.
- Revisar os critérios de repartição, valorizando estoques de carbono e práticas tradicionais de conservação por PICL.
- Delegar a gestão financeira a fundos independentes, com maior transparência, menor burocracia e controle social aprimorado.
- Blindar a governança das instabilidades políticas, garantindo estabilidade institucional e previsibilidade orçamentária.
- Ampliar a transparência ativa, com publicação regular de relatórios financeiros e auditorias em plataformas públicas.